

Apresentação

O presente número do *Cadernos Metrópole*   dedicado   discussão dos grandes projetos urbanos. Há muitas evidências de que as cidades vivem hoje um momento de grandes transforma es que coloca a necessidade de atualizar a questão urbana contemporânea e pensar novos modelos de planejamento e gestão que respondam aos desafios decorrentes dessas mudanças. As metrópoles no Brasil e no mundo parecem estar sendo incluídas nos circuitos mundiais que buscam novas fronteiras de expansão diante da permanente crise de sobreacumula o do capitalismo financeirizado. E o Brasil aparece com atrativas fronteiras urbanas exatamente em razão do ciclo de prosperidade e estabilidade que atravessa, combinado com a existência de ativos urbanos passíveis de serem espoliados e integrados aos circuitos de valoriza o financeira internacionalizados. Pode-se observar nas cidades, com efeito, um novo ciclo de mercantiliza o que combina as conhecidas práticas de acumula o urbana baseada na a o do capital mercantil local, com as novas práticas empreendidas por uma nova coaliza o de interesses urbanos na dire o da sua transforma o em *commodity*. A expansão e crescente hegemonia da visão das cidades como mercadoria conspira contra a visão das cidades como sociedade urbana, democrática, justa e sustentável.

Essas transforma es permitiriam afirmar a emergência de uma nova governança que pode ser melhor compreendida a partir da identifica o esquemática daquilo que vem sendo denominado empresariamento urbano, que se constitui na lógica emergente impulsionada pelo surgimento do complexo circuito internacional de acumula o e dos agentes econ micos e políticos organizados em torno da transforma o das cidades em projetos especulativos fundados na parceria público-privado, conforme descreveu David Harvey. Integraria esse circuito uma miríade de interesses, protagonizados pelas empresas de consultoria em projetos, pesquisas, arquitetura, de produ o e consumo dos serviços turísticos, empresas bancárias e financeiras especializadas no crédito imobiliário, empresas de promo o de eventos, entre outras empresas. Tais interesses teriam como correspondência local as novas elites locais portadoras das ideologias liberais que liderariam a competi o por recursos para viabilizar os seus projetos e legitimar as suas práticas.

Essas novas elites buscariam a representação política através do uso das técnicas do *marketing* urbano, traduzido em obras exemplares que expressariam o seu projeto de “nova cidade”, o que seria facilitado pela fragilidade dos partidos políticos. A política urbana passaria a centralizar-se na promoção de grandes projetos urbanos, sobretudo vinculados a investimentos de renovação de áreas urbanas degradadas e na atração de médios e megaeventos, prioridades estas que permitiriam legitimar tais elites e construir as alianças com os interesses do complexo internacional empreendedorista. Na maioria dos casos, no plano da política, essa orientação se materializaria na constituição de grupos de gerência técnica diretamente vinculados aos chefes do executivo e compostos por pessoas recrutadas fora do setor público, que não passariam pelo controle das esferas institucionais de gestão tradicionais.

Essa lógica vinculada à governança empreendedorista lideraria e hegemonizaria a nova coalizão urbana, integrada também por parcelas das lógicas de governança que vigoraram até então, fundadas no clientelismo, no patrimonialismo e no corporativismo ou neocorporativismo, resultando em um padrão de governança urbana bastante peculiar, onde o planejamento e a regulação pública, que nunca vigoraram plenamente no caso brasileiro, seriam substituídos por um padrão de intervenção por exceção, com os órgãos da administração pública e canais institucionais de participação crescentemente fragilizados.

Os artigos apresentados neste número trazem reflexões em torno desses processos que contribuem para desvendar essa lógica empreendedorista e identificar os novos desafios postos para as cidades e, especialmente, para as metrópoles, onde esse processo seria mais efervescente.

Abrindo o conjunto de artigos deste número, temos o artigo de Robert H. Wilson, Peter K. Spink e Peter M. Ward (Governança Metropolitana nas Américas) sobre os arranjos institucionais de gestão metropolitana. Partindo de um estudo comparativo entre seis Estados Federados (Argentina, Brasil, Canadá, México, USA e Venezuela), os autores identificam algumas características das formas organizacionais e institucionais e as principais arenas políticas das estruturas de gestão analisadas, na perspectiva das oportunidades de desenvolvimento da governança democrática. Entre as conclusões do artigo, vale destacar o desafio de construir estruturas de governança participativa de âmbito metropolitano que sejam capazes de promover políticas de enfrentamento das desigualdades sociais e promotoras a ampliação da qualidade de vida nas cidades.

O segundo artigo, de autoria de Jorge Rodríguez Vignoli, aborda a experiência chilena (La ampliación de la centralidad histórica en Santiago de Chile). O autor, partindo de dados coletados em *survey* (2009) e do censo (2002), discute duas hipóteses para a dinâmica urbana da Região Metropolitana de Santiago do Chile: uma possível desconcentração com o surgimento do policentrismo e a difusão territorial do emprego, ambas negadas pelos indicadores analisados, que mostram (a) a persistente concentração territorial do emprego no centro comercial da metrópole e (b) o aumento da participação desse núcleo urbano na recepção dos deslocamentos diários para o trabalho.

A relação entre a criatividade e a governança urbana é tema do terceiro e do quarto artigos, nos quais procura-se examinar possibilidades abertas no seio das contradições que marcam

a acumulação urbana contemporânea. No terceiro, partindo da experiência de três metrópoles, Lisboa, São Paulo e Barcelona, os autores João Seixas e Pedro Costa (Criatividade e governança na cidade. A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares) refletem sobre formas e fluxos de governança urbana (sociopolítica e cultural) associadas ao que eles denominam dinâmicas criativas nas cidades. Em seguida, no quarto artigo (Planejamento urbano, espaço público e criatividade. Estudos de caso: Lisboa, Barcelona, São Paulo), partindo de estudo comparativo nas mesmas cidades, Luís Balula busca contribuir para a discussão em torno da cidade criativa a partir da análise do que a literatura vem denominando “bairros criativos” ou “bairros culturais”: Bairro Alto em Lisboa; Vila Gracia em Barcelona; e Vila Madalena em São Paulo. Sem romper com o paradigma da competitividade, o artigo defende a hipótese de que a morfologia do espaço público e suas formas de apropriação pelas pessoas, associada a uma grande concentração de espaços privados de uso público, contribuiria decisivamente para a criatividade e a competitividade dos territórios urbanos, permitindo processos de desenvolvimento inclusivos socialmente.

Reforçando a complexidade da reflexão em torno dos grandes projetos, e as contradições que envolvem esse processo, o quinto artigo, escrito por Clarissa M. R. Gagliardi (Um grande projeto entre o mar e as colinas: a renovação urbana da cidade italiana de Gênova) reflete sobre as intervenções, promovidas a partir dos anos 1990, no centro histórico da cidade italiana de Gênova. A partir de dois projetos de requalificação urbana, denominados Urban 2 e Contratto di Quartiere del Ghetto, o texto analisa as estratégias de intervenção em áreas centrais, cujo objetivo era enfrentar problemas socioeconômicos vividos pela cidade, em razão da crise de desindustrialização ocorrida nos anos 1970-1980. A experiência analisada permite à autora relativizar o caráter exclusivamente mercantil associado às práticas de renovação urbana contemporâneas, e indicar a existência de ações visando a sustentabilidade que parecem estar voltadas para a inclusão social e o enfrentamento dos problemas que colocam em risco a manutenção da cidade, o que permitiria afirmar a possibilidade de se contrapor, pelo menos em parte, a lógica excludente vinculada ao empreendedorismo urbano.

O sexto artigo, escrito por Heliana Comin Vargas e Virgínia Santos Lisboa (Dinâmicas espaciais dos grandes eventos no cotidiano da cidade: significados e impactos urbanos) tem como questão central o significado, a apropriação e a gestão dos grandes eventos, reconhecendo suas dinâmicas espaciais específicas e sua significativa interferência no funcionamento das cidades. Tendo como foco a cidade de São Paulo, as autoras argumentam que tais processos socioespaciais exigem uma grande mobilização de recursos por parte do poder público, associados a impactos tangíveis e intangíveis que não estão apropriadamente mensurados, tendo em vista os interesses mercadológicos e político-eleitorais, o que exige uma atualização da discussão em torno do valor de uso e do valor de troca atribuído à cidade.

Dando sequência, Beatriz Francalacci da Silva escreve sobre discussão em torno do projeto Sapiens Parque, como um caso de empreendimento que está previsto para ser implantado na região metropolitana de Florianópolis (O Projeto Sapiens Parque: impactos socioeconômicos e ambientais em Florianópolis). A autora busca entender esse debate no contexto da competitividade

urbana contemporânea, onde as cidades passam a ser concebidas como centros de articulação e controle de economias regionais, nacionais e internacionais, tendo como ponto de referência suas supostas vocações e especializações, definidas dentro da lógica do mercado. No caso em questão, são evidenciados alguns dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da construção do parque.

O oitavo artigo desse número, escrito por Beatriz Cuenya (*Grandes proyectos y sus impactos en la centralidad urbana*), trata da experiência argentina. A partir da experiência de renovação urbana de Puerto Madero (Buenos Aires) e de Puerto Norte (Rosario), a autora argumenta que os grandes projetos de renovação urbana produzem três grandes impactos na centralidade das metrópoles contemporâneas, vinculados a modificação na rentabilidade dos usos do solo, a modificação funcional e físico-espacial, e a modificação dos mecanismos de gestão pública. Seu interesse é identificar os interesses dominantes envolvidos na promoção desses projetos e alguns conflitos deles derivados.

O tema das operações urbanas consorciadas, como instrumento de planejamento largamente vinculado ao planejamento estratégico, é objeto de reflexão no nono artigo, escrito por Angélica A. T. Benatti Alvim, Eunice Helena Sguizzardi Abascal e Luís Gustavo Sayão de Moraes (*Projeto urbano e operação urbana consorciada em São Paulo: limites, desafios e perspectivas*). Partindo de um estudo de caso da Operação Urbana Água Branca, em São Paulo, os autores constataam a fragilidade desse instrumento ante as transformações em curso na região observada, efetivamente comandadas pelo interesse do mercado imobiliário, mostrando que os eventuais ganhos para a sociedade e para o ambiente construído são poucos expressivos, comparativamente aos benefícios auferidos pelo setor privado, sobretudo quando inexistente um projeto urbano global para a cidade.

O décimo artigo, escrito por Ricardo Carlos Gaspar (*A economia política da urbanização contemporânea*), trata da nova geografia de poder no mundo, decorrente das mudanças tecnológicas ocorridas ao longo das últimas décadas, nas quais as grandes cidades e regiões ganham crescente importância. Tomando São Paulo como estudo de caso, o autor argumenta que a análise contemporânea das dinâmicas urbanas requer a compreensão da economia global e abordagens regionais, mas que esse processo de forma alguma destituiu os Estados nacionais da condição de atores políticos relevantes, tendo em vista que eles permanecem, apesar de todas as transformações, como suportes fundamentais do desenvolvimento, na coordenação das ações de caráter multiescalar.

O processo de elitização que acompanha muitos dos projetos de renovação urbana é analisado no artigo de María Carman (*El proceso de ennoblecimiento y la salida negociada de los innobles en Buenos Aires*), a partir de um estudo de caso no bairro de Abasto, em Buenos Aires. A autora analisa o processo de transformação urbana do Mercado del Abasto em um *shopping center*, iniciado em 1997, acompanhado de vários casos de despejo nos quais os moradores "indesejáveis" são realocados para bairros distantes. Similar a vários casos ocorridos em outras

idades, a autora mostra que, por trás do discurso aparentemente neutro em torno da preservação do patrimônio histórico e cultural e da defesa do espaço público, se escondem práticas que subordinam os objetivos sociais, tornando-os contingentes.

Em seguida, temos a análise das transformações urbanas de Barcelona, tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos de 1992, que projetaram mundialmente essa cidade como polo cultural, de entretenimento e negócios (Contradições e políticas de controle no espaço público de Barcelona: um olhar sobre a Praça dels Àngels). Tomando a Praça dels Àngels como unidade de observação etnográfica, Ana Carla Côrtes de Lira reflete sobre as dinâmicas de gentrificação que marcam as metrópoles contemporâneas e seus efeitos, tomando como pano de fundo a subordinação dos processos de remodelação e produção do espaço público à lógica dos grandes investidores.

Fechando o conjunto de artigos desse número, Betânia Peixoto, Letícia Godinho de Souza, Eduardo Cerqueira Batitucci e Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz tratam de um tema de grande relevância na atualidade, a violência urbana (Reflexões sobre a atuação governamental na promoção da segurança pública). Os autores refletem sobre a criminalidade em Belo Horizonte, partindo dos dados que mostram que, entre 1997-2003, houve um crescimento de 300% nos crimes violentos contra patrimônio e de 250% nos homicídios, seguido de queda significativa nesses índices entre 2003-2010. Nesse contexto, o artigo busca sistematizar a discussão em torno dos diferentes mecanismos de redução da criminalidade no período em questão, mostrando quão complexo e multidimensional é esse fenômeno.

Orlando Alves dos Santos Junior
Comissão Editorial
Cadernos Metrópole